

Via Norte Sul Rodovias S/A
Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo:

- Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
- Balanço patrimonial
- Demonstração do resultado
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente
- Demonstração dos fluxos de caixa
- Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Prezados senhores
Acionistas e administradores
Via Norte Sul Rodovias S/A
Sinop/MT

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Via Norte Sul Rodovias S/A ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Via Norte Sul Rodovias S/A**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Liquidez financeira e capital circulante líquido – A Companhia se encontra em estágio inicial das suas operações, realizando altos volumes de investimentos em obras de implantação e melhorias previstas no Contrato de Concessão, sendo que passou a auferir receitas nas praças de pedágio neste período. O plano de negócios do empreendimento considera a contratação de recursos de terceiros, além da contrapartida de capital próprio dos acionistas, movimento que está sendo realizado à medida em que o fluxo de caixa das inversões fixas demanda. Até a data destas demonstrações financeiras, a Companhia ainda opera com baixa liquidez financeira e concentração de passivos no curto prazo, sendo as obras iniciais totalmente suportadas por capital próprio integralizado e captação junto a terceiros. A Administração monitora essa situação para, quando necessário, contratar e aplicar recursos captados no mercado financeiro para complementar as origens previstas no seu plano de negócios. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se estas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Cuiabá/MT, 14 de março de 2024.

Prado Suzuki & Associados S/S
CRC-MT 000214/O

Bruno da Silva Martins
Contador, CRC-MS 009050/O-6 T-MT

Agnaldo Canhete da Silva
Contador, CRC-MT 005498/O-3

Via Norte Sul Rodovias S/A

Balço patrimonial em 31 de dezembro, em milhares de Reais

Contas	Nota	2023	2022
Ativo		90.412	83.561
Circulante		12.549	1.015
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.794	751
Contas a receber	5	2.794	-
Impostos a recuperar	-	133	-
Outros créditos	6	828	264
Não circulante		77.863	82.546
Outros créditos	6	368	388
Direitos de uso	-	59	125
Imobilizado	7	1.103	394
Intangível	8	76.333	81.639

Contas	Nota	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido		90.412	83.561
Circulante		27.429	7.132
Obrigações trabalhistas	-	999	281
Obrigações fiscais	9	1.025	1.312
Fornecedores	10	398	5.473
Empréstimos e financiamentos	11	24.936	-
Arrendamentos a pagar	-	56	66
Outras obrigações	-	15	-
Não circulante		472	20.962
Arrendamentos a pagar	-	-	60
Fornecedores	10	-	3
Empréstimos e financiamentos	11	291	20.899
Provisão para contingências	12	181	-
Patrimônio líquido	13	62.511	55.467
Capital social	-	69.119	53.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	6.111
Prejuízos acumulados	-	(6.608)	(3.644)

Via Norte Sul Rodovias S/A
 Demonstração do resultado, em milhares de Reais
 Períodos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro

Contas de resultado	Nota	2023	2022
Receitas líquidas	14	45.504	-
Custo dos serviços prestados	14	(40.144)	-
Lucro bruto		5.360	-
Despesas operacionais	15	(4.479)	(3.204)
Pessoal	-	(1.584)	(1.550)
Administrativas e gerais	-	(2.856)	(1.533)
Tributárias	-	(39)	(121)
Outras receitas e despesas operacionais	-	261	25
Lucro (prejuízo) operacional		1.142	(3.179)
Resultado financeiro	16	(4.106)	34
Despesas financeiras	-	(4.452)	(7)
Receitas financeiras	-	346	41
Prejuízo do exercício		(2.964)	(3.145)

Via Norte Sul Rodovias S/A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente, em milhares de Reais

Histórico	Capital social	Adiant. para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro 2021	12.200	-	(499)	11.701
Integralização de capital social	40.800	-	-	40.800
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.111	-	6.111
Prejuízo do exercício	-	-	(3.145)	(3.145)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2022	53.000	6.111	(3.644)	55.467
Integralização de capital social	16.119	(6.111)	-	10.008
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(2.964)	(2.964)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2023	69.119	-	(6.608)	62.511

Via Norte Sul Rodovias S/A
 Demonstração dos fluxos de caixa, em milhares de Reais
 Períodos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro

Movimentação de caixa	2023	2022
<u>Atividades operacionais</u>		
Prejuízo do exercício	(2.964)	(3.145)
Conciliação do prejuízo ao caixa operacional		
Depreciação e amortização	13.280	31
Provisão para contingências	181	-
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	4.006	899
Variação dos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(2.794)	-
Impostos a recuperar	(133)	-
Outros créditos	(544)	(306)
Obrigações trabalhistas	718	266
Obrigações fiscais	(287)	1.280
Fornecedores	(5.078)	4.890
Outras obrigações	11	1
Caixa líquido das atividades operacionais	6.396	3.916
<u>Atividades de investimento</u>		
Imobilizado	(808)	(337)
Intangível	(7.875)	(76.071)
Caixa líquido das atividades de investimento	(8.683)	(76.408)
<u>Atividades de financiamento</u>		
Integralização de capital social	10.008	40.800
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.111
Empréstimos concedidos	-	5.943
Empréstimos e financiamentos	322	20.000
Caixa líquido das atividades de financiamento	10.330	72.854
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	8.043	362
<u>Demonstração da variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</u>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	751	389
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	8.794	751
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	8.043	362

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, em milhares de reais

1. Contexto operacional

A Via Norte Sul Rodovias S/A (“Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02 de fevereiro de 2021. O prazo de duração da Companhia é limitado ao termo final do Contrato de Concessão 006/2021/00/00 (30 anos a partir da sua celebração) contratado pelo Estado de Mato Grosso por intermédio da Sinfra/MT (Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística), em 07 de abril de 2021. Este contrato é fundamentado no Edital de Concorrência Pública 004/2020, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, na sua edição de 04 de março de 2021, no qual a Companhia sagrou-se vencedora. O valor do contrato, na data-base 31 de dezembro de 2019, era de R\$ 1,6 bilhão, correspondente a previsão de receitas brutas durante todo o período de concessão, conforme o plano de negócios vencedor da licitação.

A Companhia tem por objeto social, única e exclusivamente, explorar a outorga de concessão, mediante a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à permissão de serviço público, precedida de execução de obra pública para exploração da rodovia MT-220, no trecho entre a BR-163 (Sinop) – entroncamento com a MT-410 (para Tabaporã), cuja extensão é de 138,4 km, mediante a cobrança de pedágio e receitas acessórias previstas pelas Leis Estaduais 8.264/04 e 9.120/09, bem como pela Lei Federal 8.987/95.

Operação da rodovia – A operação pedagiada da rodovia teve início em 27 de janeiro de 2023, após a conclusão e aprovação pelos órgãos competentes, como a Sinfra, Ager e Verificador Independente (VI), dos parâmetros contratuais relativos à “Fase dos Trabalhos Iniciais”. Atualmente, a Concessionária está no terceiro ano do contrato, conforme previsto no Programa de Exploração Rodoviária (PER), denominado como “Fase de Recuperação da Rodovia”, que teve início no segundo ano. Essa fase está programada para ocorrer entre os anos 2 e 10 da concessão, de acordo com o cronograma estabelecido no PER. A cada mês, a Concessionária passa por fiscalizações realizadas pela Ager, Sinfra e VI, sendo que este último emite o RGV (Relatório Geral de Verificação). A nota de desempenho da Concessão é resultante do RGV, sendo que a média dos últimos 12 meses é de 8,78, o que influenciou no cálculo do reajuste tarifário.

Para dar início às obras de recuperação do pavimento, é imprescindível a aprovação pelo Poder Concedente do projeto executivo, para o qual já foi obtida a não objeção. No momento, a concessionária está na fase final da contratação da empreiteira responsável pela realização da recuperação dos 20% previstos para os anos 2 e 3, o que permitirá recuperar o atraso e cumprir o cronograma da fase de recuperação conforme planejado até o mês de maio de 2024. Além disso, o Programa de Exploração Rodoviária (PER) contempla a recuperação de duas Obras de Arte Especiais (OAE’s), cujos serviços de recuperação foram concluídos e os projetos “*as built*” já foram entregues aos Entes Contratuais. Quanto à instalação de 14 (quatorze) baias de ônibus, sendo 07 (sete) planejadas para este ano (ano 4) e mais 07 (sete) previstas para o ano de 05/2025, o investimento está atualmente em análise pelos Entes Contratuais quanto à possibilidade de adiamento ou substituição. Essa decisão está sendo embasada por análises e estudos que demonstram a existência de demanda e rotas de itinerário que justifiquem o investimento.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em **14 de março de 2024**.

2.2 Base de mensuração – As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir seu valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação – Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e mensuração de valor justo – A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamentos por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

- (a) **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
- **Nota explicativa 8: Intangível** – Quanto ao enquadramento do contrato de concessão nos moldes dos Pronunciamentos Técnicos ICPC 01 e OCPC 05 – Contratos de concessão, para fins de reconhecimento contábil.
- (b) **Estimativas:** As informações sobre estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:
- **Nota explicativa 8: Intangível** – Determinação dos critérios e taxas de amortização a serem aplicados sobre estes investimentos;
 - **Nota explicativa 10: Fornecedores** – Mensuração das provisões de serviços executados na operação da rodovia ou em relação ao intangível; e
 - **Nota explicativa 12: Provisões para contingências** – Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- (c) **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:
- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
 - Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
 - Nível 3: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas como segue.

3.1 Instrumentos financeiros – As principais políticas contábeis envolvendo instrumentos financeiros são: **(a) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos, inicialmente, na data em que foram originados. Os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia tem ativos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e pelo custo amortizado. **(a.1) Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício; **(a.2) Custo amortizado:** São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **(b) Passivos financeiros não derivativos:** São reconhecidos títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo realizada a baixa de um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(c) Compensação de ativos e passivos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia detém o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou com possibilidade de resgate imediato e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas, se utilizadas, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

3.3 Contas a receber – Correspondem aos valores a receber de operadoras de cobrança automática de pedágio, no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são mantidas com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, avaliadas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. São apresentadas no circulante, visto que o prazo de liquidação dos valores não é superior a 40 dias. Não há constituição de provisões para perdas estimadas sobre recebíveis pois não há histórico de perdas e as atuais características da operação não demandam tal contingenciamento.

3.4 Outros créditos – São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, classificados como ativo não circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de exigir a liquidação da operação em, pelo menos, um ano após a data-base.

3.5 Imobilizado – As principais políticas contábeis envolvendo imobilizados são: **(a) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Em situação de alienação, o custo original de aquisição e depreciação acumulada são reconhecidos no resultado, bem como as receitas de alienação oriundas da operação. Encargos financeiros incorridos são capitalizados ao custo de formação sempre que um ativo qualificável esteja sendo construído. **(b) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados tomando como base as taxas fiscais dos ativos, consideradas apropriadas pela Administração da Empresa. A contrapartida das depreciações acumuladas é registrada no resultado do período. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são de 10 anos para máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e torres; e 5 anos para equipamentos de informática e de comunicação.

3.6 Intangível – **(a) Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05):** As análises desenvolvidas pela Administração concluíram pela aplicabilidade do Pronunciamento Técnico OCPC 05 – Contratos de concessão para fins destas demonstrações financeiras intermediárias, tendo em vista que o projeto atende cumulativamente aos dois quesitos básicos que caracterizam os negócios cobertos pela norma: (a1) Os investimentos realizados pela Companhia serão revertidos ao poder concedente ao final do contrato de concessão e (a2) a regulamentação sobre a prestação de serviços é determinada pelo poder concedente. Desta forma, a Companhia reconhece um ativo intangível à medida que possui um direito contratual, neste caso, representado pelos gastos de melhoria aplicados à rodovia. Ainda de acordo com o Pronunciamento Técnico ICPC 01, a remuneração recebida ou a receber pela Companhia deve ser registrada pelo seu valor justo, correspondendo aos direitos sobre um ativo financeiro e/ou um ativo intangível. **(b) Exploração do direito de uso do bem público:** É exigida da Companhia uma remuneração compulsória ao poder concedente correspondente ao direito de concessão para exploração da Rodovia MT-220 e, desta forma, foram reconhecidas obrigações dessa natureza apuradas a partir do início das suas operações. **(c) Reconhecimento e mensuração:** Itens do intangível são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou construção. **(d) Custos com empréstimos:** Os juros e despesas financeiras incorridos até a fase de conclusão dos investimentos iniciais foram capitalizados para formação do ativo intangível; e **(e) Amortização** – Os investimentos na rodovia são amortizados considerando o limite de prazo do contrato de concessão de 30 anos (2051), contados a partir do início da operação (janeiro de 2023), com taxas entre 2 e 28 anos, conforme a estimativa de vida útil de cada grupo de investimentos.

3.7 Fornecedores e obrigações fiscais – Estas obrigações são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, apresentadas pelo custo amortizado, sendo mantidas em não circulante quando seu vencimento exceder 365 dias.

3.8 Empréstimos e financiamentos – São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida no ativo intangível, durante o período de construção daquele ativo. São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, um ano após a data-base.

3.9 Patrimônio líquido – As ações ordinárias do capital social são classificadas no patrimônio líquido, não havendo custos incrementais atribuíveis à emissão de novas ações. As **reservas de lucros**, quando existentes, serão destinadas conforme o Estatuto Social da Companhia, que prevê retenções de 5% do lucro líquido para constituição da reserva legal, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Dividendos mínimos obrigatórios são constituídos para os exercícios em que há lucro líquido em percentual de 25% sobre o lucro remanescente após a constituição da reserva legal. Os **adiantamentos para futuro aumento de capital** são registrados pelo valor justo.

3.10 Reconhecimento da receita e custo dos serviços prestados – **(a) Receitas:** Compreendem o valor justo das tarifas de pedágio, apresentadas líquidas dos impostos e taxas incidentes. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, em regime de competência; e **(b) Custo dos serviços prestados:** Englobam os gastos com pessoal e encargos sociais, depreciação e amortização, gastos diretos com manutenção e conservação, além de outros gastos diretamente relacionados à operação da rodovia, reconhecidos em regime de competência.

3.11 Despesas operacionais – Representam os valores incorridos relacionados às atividades administrativas da Companhia, reconhecidos em regime de competência.

3.12 Encargos financeiros líquidos – As despesas e receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

3.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos – O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício, apurado anualmente. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Estes passivos fiscais são calculados com base em alíquotas fiscais vigentes na data-base de apuração. O lançamento de impostos diferidos se baseia no julgamento da Administração suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores externos.

3.14 Provisões – Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é calculada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos (se o efeito do valor da moeda no tempo for relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser estimado de forma confiável.

4. Caixa e equivalentes de caixa

São representados pelos valores em espécie mantidos para o atendimento de despesas emergenciais e aplicações financeiras junto a instituições financeiras. As aplicações financeiras consistem em operações em fundo de renda fixa, remuneradas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa	52	17
Bancos conta corrente	415	-
Aplicações financeiras	8.327	734
Saldos, em R\$ mil	8.794	751

5. Contas a receber

Os valores a receber consistem, basicamente, de créditos a serem repassados pelos operadores de meios eletrônicos de cobrança, apresentadas líquidas das taxas de administração e com prazo máximo de recebimento de 40 dias. Estes valores são firmados em Real.

Contas a receber	2023
Sem Parar Instit. de Pagamento Ltda.	1.873
Greenpass Tec. em Pagamentos S/A	319
Conectcar Inst. de Pagamento Ltda.	246
Alelo S/A (Veloce)	100
Move Mais Meios de Pagamento Ltda.	45
Cartões de débito e crédito	211
Saldos, em R\$ mil	2.794

6. Outros créditos

Os saldos de outros créditos são compostos no quadro. Há o valor de R\$ 300 mil de adiantamentos para a parte relacionada Construtora Teles Pires Ltda. nesta data base.

O saldo de R\$ 368 mil mantido em ativo não circulante está em tratativas com o fornecedor para viabilizar a realização destes valores.

Outros créditos	2023	2022
Seguros a apropriar	429	264
Adiantamentos a fornecedores	398	-
Outros créditos	1	-
Circulante, em R\$ mil	828	264
Adiantamentos a fornecedores	368	368
Seguros a apropriar	-	20
Não circulante, em R\$ mil	368	388

7. Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia é detalhado no quadro a seguir, sendo que a Administração adota as taxas fiscais para cálculo dos encargos de depreciação.

Grupos de imobilizado	2021	Adições	2022	Adições	2023
Custo de aquisição	92	338	430	808	1.238
Móveis e utensílios	14	101	115	103	218
Máquinas e equipamentos	45	141	186	551	737
Equipamentos de informática	33	96	129	104	233
Equipamentos de comunicação	-	-	-	21	21
Torres	-	-	-	29	29
Depreciação acumulada	(4)	(32)	(36)	(99)	(135)
Móveis e utensílios	-	(4)	(4)	(18)	(22)
Máquinas e equipamentos	(2)	(9)	(11)	(41)	(52)
Equipamentos de informática	(2)	(19)	(21)	(38)	(59)
Torres	-	-	-	(2)	(2)
Saldos, em R\$ mil	88	306	394	709	1.103

8. Intangível

O intangível registrado na Companhia é composto pelos gastos com obras de recuperação e melhoramento das vias de rodagem e margens da Rodovia MT-220, os quais concentram-se em serviços de engenharia, conservação, manutenção, licenças de softwares de gestão administrativa e operacional, entre outros, previstos e orçados conforme o projeto de viabilidade e contrato de concessão.

Amortização – O início da amortização econômica destes gastos registrados no intangível se deu a partir do início efetivo da operação da rodovia, em 27 de janeiro de 2023, considerando o prazo de vida útil de cada grupo de bens, tendo como limite o final da concessão em 2051.

Grupos de intangível	2021	Adições	2022	Adições	Transfer.	2023
Custo de aquisição	5.568	76.071	81.639	7.875	-	89.514
Pavimentação	-	31.505	31.505	204	-	31.709
Prédios operacionais	2.118	25.960	28.078	4.005	2.201	34.284
Terraplanagem	-	5.719	5.719	-	-	5.719
Obras e conservação	282	1.848	2.130	1.010	-	3.140
Software	1.261	1.749	3.010	394	-	3.404
Gestão de contrato	1.907	924	2.831	-	-	2.831
Outros investimentos	-	6.425	6.425	1.833	-	8.258
Adiantamentos a fornecedores	-	1.941	1.941	429	(2.201)	169
Amortização acumulada	-	-	-	(13.181)	-	(13.181)
Pavimentação	-	-	-	(9.791)	-	(9.791)
Prédios operacionais	-	-	-	(1.118)	-	(1.118)
Terraplanagem	-	-	-	(188)	-	(188)
Software	-	-	-	(104)	-	(104)
Obras e conservação	-	-	-	(76)	-	(76)
Gestão de contrato	-	-	-	(93)	-	(93)
Seguros de obra	-	-	-	(1.023)	-	(1.023)
Outros investimentos	-	-	-	(788)	-	(788)
Saldos, em R\$ mil	5.568	76.071	81.639	(5.306)	-	76.333

9. Obrigações fiscais

As obrigações fiscais são compostas por obrigações correntes da Companhia, reconhecidas em regime de competência e liquidadas no exercício subsequente.

Obrigações fiscais	2023	2022
Taxas AGER	573	-
ISS a recolher	170	305
Impostos retidos de terceiros	144	205
Pis e Cofins a recolher	138	802
Saldos, em R\$ mil	1.025	1.312

10. Fornecedores

Referem-se às obrigações da Companhia, totalmente firmadas em Real, para com fornecedores de serviços e materiais necessários para a operação da concessão. A Construtora Teles Pires Ltda. é parte relacionada e o vencimento destas obrigações não excede 30 dias.

Principais fornecedores	2023	2022
Construtora Teles Pires Ltda.	300	-
Bruno Mineiro Construtora Eireli	-	2.073
Lenildo Augusto da Silva ME	-	1.414
Outros fornecedores	98	1.986
Saldos, em R\$ mil	398	5.473

11. Empréstimos e financiamentos

Referem-se a recursos foram captados junto ao Banco ABC Brasil S/A (R\$ 20 milhões em valores originais), na modalidade de notas comerciais, cuja liberação ocorreu em 03 de outubro de 2022. Foram incorridos R\$ 4.905 mil de despesas de juros e custos financeiros relacionados a emissão do crédito bancário.

A operação financeira foi intermediada pela Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., responsável pela emissão das notas comerciais em nome da Via Norte Sul Rodovias S/A, as quais foram distribuídas publicamente pelo Banco ABC Brasil S/A, responsável pela liberação dos recursos à Companhia.

Adicionalmente, há R\$ 323 mil referente a financiamento de ativo imobilizado junto ao Banco Caterpillar S/A, com vencimento final em 2027.

Custo financeiro – A taxa de juros contratada na operação é atrelada ao DI (Depósitos Interfinanceiros), acrescida de sobretaxa de 5,48% ao ano-base de 252 dias úteis, com vencimento em parcela única para 02/03/24, incluindo todos os juros incorridos. Por meio de termo aditivo firmado entre a Companhia e o credor em 06 de março de 2024, foi acordado que apenas os juros incorridos seriam liquidados na referida data e o vencimento do principal postergado para 03 de abril de 2024.

Garantias – As garantias prestadas compõem-se por fiança prestadas por pessoas jurídicas e físicas de partes relacionadas da Companhia.

Covenants – Não há exigências quanto ao cumprimento de indicadores financeiros ou outras, sendo apenas necessárias a prestação de informações relevantes aos agentes financeiros, tais como alterações na estrutura societária ou condições financeiras da Companhia.

12. Provisão para contingências

A Administração, amparada por seus assessores jurídicos, considera que existem processos em curso cuja perda é considerada “provável” no montante de R\$ 181 mil, sendo demandada a necessidade de constituição de provisão para contingências neste exercício. A Companhia possui outras contingências fiscais, cíveis e trabalhistas com perda classificada como “possível” no montante de R\$ 918 mil, sendo exigida apenas a divulgação destes processos.

13. Patrimônio líquido

O capital social da Companhia, totalmente integralizado, é composto por ações ordinárias de valor unitário nominal de R\$ 1,00, sendo R\$ 69.119 mil (R\$ 53.000 em 2022). Os adiantamentos para futuro aumento de capital foram realizados proporcionalmente pelos sócios no exercício de 2022, no valor de R\$ 6.111 mil, integralizados neste exercício.

14. Receitas líquidas e custo dos serviços prestados

A arrecadação das praças de pedágio iniciou-se em 27 de janeiro de 2023, sendo que as receitas auferidas e os respectivos impostos incidentes e principais componentes do custo com serviços, registrados em regime de competência, são destacados no quadro.

Receitas e custo	2023
Receitas líquidas	45.504
Receitas de pedágio	50.707
ISS	(2.323)
Pis e Cofins	(1.866)
Taxas da AGER	(1.014)
Custo dos serviços prestados	(40.144)
Amortização	(13.181)
Serviços de terceiros	(8.577)
Remunerações, encargos e benefícios	(6.779)
Custos com máquinas e veículos	(4.006)
Manutenção e conservação	(3.490)
Seguros	(1.710)
Outros custos	(2.401)
Lucro bruto, em R\$ mil	5.360

15. Despesas operacionais

As principais despesas operacionais incorridas, reconhecidas em regime de competência, são destacadas no quadro.

Despesas operacionais	2023	2022
Pessoal	(1.584)	(1.550)
Remunerações	(655)	(999)
FGTS e INSS	(532)	(347)
Benefícios e outros	(397)	(204)
Administrativas e gerais	(2.856)	(1.533)
Serviços de terceiros	(1.798)	(1.089)
Energia, água e telefone	(218)	(120)
Aluguéis de imóveis e veículos	(172)	(177)
Viagens e estadias	(101)	(56)
Outras despesas	(567)	(91)
Tributárias	(39)	(121)
Impostos e taxas	(39)	(121)
Totais, em R\$ mil	(4.479)	(3.204)

16. Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia é impactado principalmente por juros e taxas cobradas sobre empréstimos e financiamentos, mencionados na nota explicativa 11.

Encargos financeiros líquidos (resultado financeiro)	2023	2022
Despesas financeiras	(4.452)	(7)
Juros sobre emprést. e financiamentos	(4.006)	-
Juros passivos	(165)	-
Taxas e serviços financeiros	(205)	-
Outras despesas financeiras	(76)	(7)
Receitas financeiras	346	41
Rendimentos de aplicações financeiras	303	30
Descontos obtidos	41	-
Outras receitas financeiras	2	11
Totais, em R\$ mil	(4.106)	34

17. Partes relacionadas

Os saldos mantidos com partes relacionadas são detalhados no quadro. A partir de 2023, com o início das operações da rodovia, a Construtora Teles Pires Ltda. assumiu parte relevante dos custos com serviços prestados à Companhia.

Partes relacionadas	Nota	2023	2022
Outros créditos	6	300	-
Construtora Teles Pires Ltda.		300	-
Fornecedores	10	300	-
Construtora Teles Pires Ltda.		300	-
Adiant. para futuro aumento de capital	13	-	6.111
Centro Vias Const., Inc., Part. e Arm. Ltda.		-	3.062
Constral Construtora Ltda.		-	3.049
Custo dos serviços prestados	14	(5.020)	-
Construtora Teles Pires Ltda.		(5.020)	-

Remuneração da Administração – A remuneração dos Administradores e Diretores da Companhia, neste período, totalizou R\$ 336 mil (R\$ 294 mil em 2022), sendo que não há planos de aposentadoria ou benefícios pós-emprego diferentes dos requeridos pela legislação brasileira para estes administradores e diretores.

18. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

A gestão de **riscos corporativos** insere-se no compromisso da Companhia em atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos no Brasil. Os riscos são administrados considerando governança e controles estabelecidos, o que envolve a participação ativa da alta Administração. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

a) **Risco de crédito:** É o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros. Os saldos de conta corrente e aplicações financeiras são mantidos em bancos de primeira linha como forma de redução do risco de crédito. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito e são demonstrados conforme o quadro.

Ativos	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	8.742	734
Contas a receber	2.794	3.584
Saldos, em R\$ mil	11.536	4.318

b) **Risco de liquidez:** É o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. No quadro, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Passivos financeiros	2023 (contábil)	Fluxos de caixa		
		Até 1 ano	de 1 a 2 anos	Total
Obrigações trabalhistas	999	999	-	999
Obrigações fiscais	1.025	1.025	-	1.025
Fornecedores	398	398	-	398
Empréstimos e financiamentos	24.936	25.684	349	26.033
Arrendamentos a pagar	56	72	-	72
Outras obrigações	15	15	-	15
Saldos, em R\$ mil	27.429	28.193	349	28.542

c) **Risco de mercado:** É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, podem afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia não está exposta a riscos significativos desta natureza, exceto em relação a taxa de juros variável DI na operação de empréstimo financeiro, sendo que a Administração não julgou relevante o risco para apresentar uma análise detalhada acerca de tais itens.

19. Cobertura de seguros

A Administração da Companhia considera as coberturas contratadas suficientes para cobrir eventuais riscos e sinistros. A Companhia é responsável por obrigações assumidas pela contratação de seguro-garantia que visa garantir a efetiva cobertura dos riscos inerentes a execução das atividades pertinentes à concessão, sendo que, em alguns casos, a Sinfra-Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, é listada como segurado na apólice de seguros. O escopo dos auditores independentes não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

Seguradoras	Contratação	Vencimento	Tipo de cobertura	Valor máximo
Fairfax Brasil Seguros S/A	01/05/23	01/05/24	Riscos de engenharia	56.025
Fairfax Brasil Seguros S/A	01/05/23	01/05/24	Responsabilidade civil geral	35.100
Fairfax Brasil Seguros S/A	01/05/23	01/05/24	Compreensivo empresarial	4.923
American Life Seguros S/A	20/05/23	20/03/24	Seguro garantia	39.357
AIG Seguros Brasil S/A	18/08/23	18/08/24	Imobilizado	440
Total, em R\$ mil				135.845

Sinop/MT, 14 de março de 2024.

Fausto Presotto Bortolini
Presidente do Conselho de Administração

Mário Luiz de Abreu e Silva
Diretor Presidente

Adriano Luiz Bozza
Contador, CRC-PR 055687/O-1